Teleantropos - educação, viscosidade, estresse: a emergência dos neognósticos – *copyrights* e clones

Maus artistas copiam. Bons artistas roubam.

Pablo Picasso

Ainda, o contexto de consumo contínuo não implica uma formação contínua – ao contrário, basta existir um poder de compra baixo, contínuo e generalizado, para além de uma educação mínima e superficial suficiente para o ímpeto ao consumo.

Assim, escolas e universidades vão perdendo qualidade, reduzindo o tempo de formação básica – como estabeleceu a *Declaração de Bolonha*, por exemplo – afim de permitir um rápido aumento das pessoas integradas no mercado de trabalho, cada vez mais precário, e ampliar rapidamente a nova mega classe de consumidores contínuos.

O *Tratado de Bolonha* não apenas integrou as universidades Européias – o que foi muito positivo – mas também tratou de reduzir o tempo de ensino na licenciatura, que antes era de cinco anos, para três!

Educadores de praticamente todos os quadrantes concordam com o fato de o tempo de três anos ser totalmente insuficiente para que um médico, um advogado, um engenheiro ou um arquiteto possam exercer as suas profissões com um razoável grau de competência.

Assim, milhares de profissionais sem

formação são atirados ao mercado de trabalho – porque a qualificação não é mais um pressuposto essencial, mas sim o alargamento da classe de consumidores contínuos.

Por essa via, todos os projetos culturais e de arte de alto repertório se tornam restritos a grupos *underground* de elite – uma elite marginal, muitas vezes falsamente disfarçada como gente pobre, tentando imitar a nova gigantesca classe de eternamente pobres consumidores, mas cada vez mais inexistente em termos estatísticos.

Semelhante processo acontece com o desenho das cidades que, um pouco por todo o mundo, vai intensificando a presença de comunidades fechadas instaladas no seio de gigantescas massas disformes de aglomerados humanos, como as megacidades – fenômeno que começa a conhecer uma acelerada expansão ainda na década de 1980.

São as *edge cities* – conceito cunhado por

pelas viagens mais fáceis. Mas aquele a quem amamos assim é sempre uma abstração, e quem paga o preço é o amor ao próximo exigido durante milênios pela moral judaico cristã».

Em 1993, David W. Cordes e Neville Doherty lançariam a expressão *burnout*, que significa “combustão completa” para designar o estado psicológico de exaustão total devido a um estresse intenso.

Em 2005, na Grã-Bretanha surgiram até mesmo reclamações contra os odores corporais de trabalhadores como sendo responsáveis pelo aumento de estresse no local de trabalho.

Segundo o jornal *Le Monde*, em 2004, mais de 11% dos franceses declararam estar sob intenso estresse e depressão. A quantidade de pessoas com depressão na França aumentou quatro vezes entre 1970 e 1980, e mais de sete vezes entre 1970 e 1996!

que podem se considerar “no topo”. Todos passam a estar cada vez mais sujeitos a pressões, nos empregos, do Estado, do consumo, das dívidas – tudo funcionando em *tempo real*.

Como mostrou Robert Sapolsky, cada vez que somos submetidos a um grande volume de informação em curto espaço de tempo desencadeamos a produção de glucocorticóides e entramos em estresse. A secreção de glucocorticóides está diretamente relacionada com degeneração neuronal, para além de problemas cardíacos ou mesmo ósseos.

O fenômeno do *tempo real* está intimamente ligado ao do aparecimento do *teleantropos*.

Cunhado por René Berger nos anos 1990, o termo *teleantropos* indica o ser humano formado à distância, como uma espécie de produto de um *Frankenstein* coletivo e virtual.

No ano de 1800, apenas 2% da população

planetária era urbana. Em 1950 a população urbana, em todo o mundo era de cerca de 30%. No ano 2000 essa população era de cerca de 50%. Em 2005 o número de pessoas vivendo em cidades foi estimado em quase três bilhões e duzentos milhões de habitantes.

Assim, em 2008 já haviam mais pessoas nas cidades, em todo o planeta, que no campo. Apenas na segunda metade do século XX, de acordo com as Nações Unidas, a população urbana mundial foi multiplicada por quatro. Estima-se que em 2030, mantendo-se as tendências do início do século XXI, a população urbana mundial ultrapasse os 70%.

Ainda segundo os relatórios das Nações Unidas, quase 90% do crescimento urbano entre os anos de 2000 e 2030 acontecerá em países pobres.

Mais de 13% da população dos Estados Unidos em 2005 tinha nascido em outro país – na França e na Alemanha esse número era de

aproximadamente 11%. E cerca de 22% do PIB mundial era dedicado às viagens turísticas, em todo o mundo!

Em 2008, mais de quinhentos mil chineses viviam permanentemente na África.

De acordo com dados de 2001, o aeroporto de Heathrow, em Londres, transportava anualmente mais de sessenta e três milhões de passageiros através de mil duzentos e cinquenta vôos diários.

No início do século XX, um americano típico viajava, durante toda a sua vida, cerca de dois mil quilômetros. Apenas cem anos mais tarde, ele passou a viajar vinte mil quilômetros a cada ano e apenas no seu automóvel!

Nos mercados de praticamente todas as cidades, tornou-se comum a comercialização de frutas que crescem em partes diferentes do planeta, até mesmo enganando o ritmo natural das estações climáticas.

planeta.

Ainda assim, poucos eram os estabelecimentos com uma cozinha refinada. A maior parte dos restaurantes surgidos durante os últimos anos do século XX obedeciam aos princípios do *low cost*: comida de aparente boa qualidade com preço baixo, boa aparência e acessível a praticamente todas as pessoas.

Para se ter uma idéia acerca da velocidade com que essa transformação aconteceu, até os anos 1960 e 1970 a *pizza* era praticamente desconhecida em Portugal, um país europeu distante apenas cerca de mil e setecentos quilômetros da Itália. Até os anos 1980, a fruta *kiwi* era desconhecida no Brasil, e assim por diante.

Responsável por uma espécie de explosiva distribuição planetária de um tipo específico de alimentação – por vezes severamente criticado pela baixa qualidade alimentar devido ao grande peso de calorias e gorduras animais saturadas

– a cadeia de restaurantes *McDonald's* tinha, no início do século XXI, mais de trinta mil unidades operando em mais de cem países.

Estimavam-se, nos primeiros anos do século XXI, existirem quase dois bilhões de aparelhos de televisão funcionando em todo o mundo – com uma média de um aparelho para cada três pessoas. Mas, nos países mais pobres, que somavam cerca da metade da população planetária, essa média ainda era de um aparelho para cada doze pessoas. Apesar da grande diferença, era um número surpreendente ao compararmos com a realidade de poucas décadas antes, quando a presença da televisão naqueles países era praticamente inexistente.

Centenas de canais de televisão surgiram num fluxo contínuo, transmitindo imagens e informação de toda a parte do planeta. Passou a ser possível seguir um conflito armado ou um desastre internacional *ao vivo* – como aconteceu com a guerra com o Iraque em 1991 e em 2003, ou

intensamente comercializados praticamente somente a partir dos anos 1970, já era maior do que toda a indústria cinematográfica mundial apenas vinte anos mais tarde.

Centenas de novos jogos eram criados nos mais diversos pontos do planeta, do Japão aos Estados Unidos, e eram jogados por participantes espalhados pelos mais diferentes locais do planeta.

A média do *low power* em baixa intensidade e larga distribuição, tornou aquilo que antes eram elementos de reflexão no tempo em pura distração em *tempo real*, imediatamente, rebaixando as capacidades de concentração e de auto crítica.

Esse fenômeno fez com que praticamente todos os ambientes se tornassem meios audiovisuais. Casas, edifícios, lojas, restaurantes, supermercados, bancos e farmácias foram sendo transformados em verdadeiros veículos de comunicação.

Pela primeira vez na história do ser humano, virtualmente todos os espaços edificados passaram a ser sonorizados.

Isso aconteceu com a eletrônica e, principalmente, depois da invenção dos *compact discs* no final do século XX.

Mesmo os *compact discs* tiveram uma vida relativamente curta. Criados nos últimos anos do século XX, logo na primeira década do século XXI eles começaram a ser substituídos por informação acumulada em *microchips*, com uma distribuição ainda mais eficiente.

Assim, passamos a ouvir música de praticamente todo o planeta nos nossos carros, onde quer que estivéssemos, à espera de sermos atendidos ao telefone, num consultório médico, numa livraria ou ao fazer compras nos supermercados – com músicas vindas dos mais distantes lugares e numa alucinante diversidade!

Antes, a quantidade de artefatos produzidos era relativamente pequena. Não raramente, apenas com o dinheiro recebido pelo seu trabalho – sem ser necessário assumir dívidas – uma pessoa tinha a possibilidade de comprar praticamente todos os artefatos que estavam à disposição durante o seu período de vida.

Eram os sonhos realizáveis da classe média.

Adiferença entre um padeiro, um engenheiro ou um médico era relativamente pequena. Embora um médico pudesse viver com mais conforto, ele não podia comprar muitos mais artefatos do que o padeiro ou que o próprio empregado médio de uma fábrica.

Existia, então, um verdadeiro *limite de consumo*. Tratava-se de um domínio finito.

Com a emergência da sociedade *low power*, esse limite simplesmente desapareceu.

Ninguém mais pode comprar tudo o que está a venda. Os antigos limites foram desintegrados pela gigantesca quantidade e diversidade de produtos, muitas vezes vindos das mais diferentes partes do mundo.

A pressão pelo consumo passou a ser tal que o objetivo primeiro das pessoas, em geral, deixou de ser cultivar uma profissão e se transformou na simples aspiração de ganhar dinheiro, o mais rapidamente possível.

Isso fez com que as próprias pessoas passassem a aspirar uma hiper rotatividade no mercado de trabalho, na esperança de maiores ganhos e, conseqüentemente, de maior consumo.

Por outro lado, fortemente orientada para o tempo presente, num universo de consumo contínuo, o antigo sentido de investimento a longo prazo dependendo de um retorno futuro assegurado – típico da classe média – praticamente

de mudar facilmente de fornecedor, em diferentes países, seguindo sempre o princípio do preço mais baixo, ao fácil trânsito entre diferentes tempos e culturas.

Don Tapscott e Anthony Williams, respectivamente professores na Universidade de Toronto e na *London Business Scholl*, disseram no seu livro *Wikinomics*, de 2007: «A empresa autenticamente global não tem fronteiras, nem estruturas regionais. Ela constrói ecossistemas transnacionais para conceber, montar e distribuir produtos para todo o mundo».

Mesmo em termos políticos, embora alguns autores sublinhem o fato de que as fronteiras com a Europa e com os Estados Unidos ou mesmo com a China tenham se tornado ainda mais rigorosas, a antiga realidade de fronteiras nacionais, dividindo centenas de países, deu lugar à emergência de uma espécie de muralhas continentais.

Ainda assim, mesmo que tais muralhas

fossem relativamente impermeáveis à passagem de pessoas, elas se tornaram inexistentes para os grandes ecossistemas internacionais, incluindo o comércio de drogas.

Esse fluxo complexo, como se tratássemos de fluídos, projetou uma realidade descontínua, mas não-linear e totalmente diferente daquela produzida pela literatura.

Paralelamente ao fenômeno de uma sociedade de contínuo, generalizado e baixo, contínuo e generalizado poder – para a qual a superficialidade é signo primeiro – surgiram pontos de alta concentração de conhecimento: verdadeiras *singularidades*.

Como um claro mas aparentemente paradoxal fenômeno na química, tal como as zonas de atração que se formam nos fluídos em turbulência, também nesse complexo de viscosidade são formadas *singularidades* das mais diversas naturezas.

Assim, da mesma forma que tudo na Natureza opera por contrários, um sistema híper conectado também é portador de *estranhas* tendências de fragmentação, projeção de *singularidades*, de pequenas estruturas relativamente estanques.

Trata-se de um curioso fenômeno que não apenas revelou grupos de fanáticos nacionalistas e religiosos reagindo por vezes desesperadamente contra a incontrolável emergência de algo maior e mais avassalador que uma *aldeia global*, como também pequenos agregados de multimilionários para quem o dinheiro em muito ultrapassou qualquer relação com o consumo. Pessoas fechadas em mundos isolados, mergulhados numa permanente competição de números.

Dados de 2003 do *World Bank* mostravam que 20% da população planetária controlava mais de 80% das riquezas e cerca de 60% da energia comercial mundial. Entretanto, se esse estudo fosse mais aprofundado, seguramente revelaria

fluxos, turbulências que nos mostram o planeta funcionando não mais como uma estrutura fortemente hierarquizada, tal como era típico na imagem do mundo literário, mas enquanto um sistema de nano decisões distribuído em descontinuidade, numa espécie de viscosidade.

Telefones celulares – cada vez menores, com mais autonomia e mais flexibilidade. Milhões de usuários de correio eletrônico e de Internet. *Neognósticos*. Televisão a cabo, multiplicando exponencialmente o fenômeno de comunicação de massa que inaugurou os anos 1960. Internet e televisão digital interativa estabelecendo definitivamente o padrão do *tempo real*, nunca antes experimentado pelo ser humano – pelo menos até o surgimento do telefone. Cada vez mais edições de livros, jornais e revistas.

O planeta nunca esteve tão *ligado*, tão transformado pela híper comunicação.

Contas de serviços, como eletricidade ou

água, passaram a ser pagas em terminais virtuais – assim como passaram a ser comprados bilhetes aéreos, ou feitas reservas para viagens, jantares, ou cinema.

O dinheiro acabou por ser praticamente substituído por cartões de crédito, e estes por cartões inteligentes que, para além de possibilitar a existência de um dinheiro virtual, passou a localizar a presença de cada pessoa no território físico, registrando todos os seus passos.

Essa notável metamorfose fez com que o planeta se transformasse, essencialmente, num mundo de *serviços*.

Entre 1960 e o ano 2000, a parcela do orçamento familiar dedicado aos serviços passou de 25% para 50%.

Em 2006, os serviços representavam cerca de 70% de toda a atividade econômica dos países presentes na *OCDE Organização para a Cooperação*

e Desenvolvimento Econômico.

Grande parte dos empresários, mesmo aqueles que estavam no campo industrial, passou a afirmar publicamente que a única fonte de receitas das suas empresas eram serviços – os produtos materiais eram fornecidos quase gratuitamente, apenas como âncora para uma cadeia de serviços, efêmeros e muito mais rentáveis.

Assim, até mesmo os produtos manufaturados, artefatos de toda a espécie, enfeixados num universo *low cost*, passaram muitas vezes a ser espécies de *condutores de serviços*.

Comprar um automóvel, por exemplo, passou a ser equivalente a adquirir uma série de acessórios que instiguem à sua *atualização*, e até mesmo a *portas* para os mais diversos serviços, como viagens, novos programas de computador, filmes e assim por diante.

Quando um automóvel é adquirido, há

centenas de pequenos produtos e serviços nele incluídos – rádios, leitores de cd, leitores de DVD, ar condicionado, sistemas de navegação, computador de bordo, ABS, geladeiras, televisores para além de um incontável número de diferentes equipamentos, por exemplo – e o carro em si mesmo se tornou numa boa desculpa para uma avalanche de consumo.

O universo dos serviços amplifica exponencialmente e transforma o antigo conceito conhecido como *Efeito Diderot*.

Denis Diderot, que viveu entre 1713 e 1784, e que ficaria conhecido como o editor chefe e criador da célebre *Enciclopédia*, foi responsável por um pequeno e interessante ensaio chamado *Regrets sur ma vieille robe de chambre ou avis à ceux qui ont plus de goût que de fortune – Lamentos sobre o meu velho roupão ou aviso aos que têm mais gosto que dinheiro* – publicado em 1772.

Nele, Diderot poeticamente descreve a

fortemente caracterizada pelos *serviços* e pelo *consumo contínuo low cost*, deixou de ser uma realidade construída por objetos e passou a ser designada por relações.

Como desígnio da imensa massa de consumo contínuo, surgiu um grande movimento estético de alta redundância cujas referências primeiras são a pobreza. Mas não a pobreza extrema, a miséria, e sim a *mediocridade*.

Uma vez mais, não se trata de julgamentos de valor. Boa parte dos *clips* de vídeo são um notável exemplo de como esse fenômeno acontece. Quando os observamos com atenção – não como consumidores – e desligamos o som, podemos observar mais claramente.

Em geral, são imagens com grande qualidade, excelente definição, de corpos em posições sensuais, loiras com grandes seios, mulheres negras com pernas esculturais, rapazes musculados, todos com olhares sensuais, pessoas

que saltam, correm, muitas vezes quase nus, imagens de cidades – quase nunca do campo – muitas pessoas, geralmente focalizando minorias de toda a espécie.

Quando assistimos aos vídeo *clips* sem som, geralmente tudo acontece como se estivessem contando uma história, que está presente na letra da música, como se revelasse o resgate do meio anterior, a literatura, como *conteúdo*. Tudo orientado para os adolescentes, o seu mercado principal.

Quando associamos o som às imagens, o ritmo é o elemento principal, não raro com uma pulsação um pouco acima do batimento cardíaco normal. Complexos movimentos sincopados e uma espécie de contraponto entre imagem e som encerram uma receita para um profundo envolvimento individual, hipnótico.

Sob esse signo passa a acontecer a maior parte da música popular, muitas vezes copiada

de antigos sucessos, tal como se desenrola boa parte da arquitetura com os chamados *arquitetos de catálogo* – que se orgulham de copiar com habilidade sucessos na construção, colocando-se como conhecedores daquele repertório, situando-se dentro da moda – fenómeno que há muito era conhecido da publicidade.

Nesse universo, o direito autoral parece retornar, de alguma forma, ainda por via fragmentada, ao que era comum durante a Idade Média, quando o plágio era visto como sinal de *conhecimento atualizado*, do sujeito *bem informado*.

A questão do direito autoral é uma das mais complexas no universo da sociedade *low power*.

A raiz etimológica da palavra *autor* é o indo europeu **aweg*, que significava “crescer” e estava relacionada ao desenvolvimento das plantas, como o momento que antecede a colheita.

O antigo indo europeu passou ao latim *augere* que se transformou no Francês *accroître* indicando exatamente a idéia de crescimento das plantas.

Daí as palavras *augusto* – que gerou o nome do mês de agosto a partir do título de Júlio César, mas não devemos nos esquecer de que as vindimas, na Europa, acontecem em setembro e outubro, depois do crescimento das plantas em agosto. A palavra latina também gerou *augmentar*, *augurar*, *fundador* e *autor*.

Etimologicamente, o *autor* é aquele que faz crescer novas idéias. Essa noção implica a idéia de que o autor nunca cria *ipsis literis* algo do nada, mas transforma coisas já existentes.

De fato, o que sabemos não nos pertence, como mostrou Marcel Proust no célebre e inesquecível *A la Recherche du Temps Perdu*, ou como sabiamente afirmou Eugène Delacroix quando disse que aquele que aprende consigo

um indivíduo, ou se é parte de uma colectividade.

As idéias de Abraham Moles, relacionando o objeto ao seu consumidor, indicando que por vezes a destruição do objeto implicava um sentimento de morte por parte daquele que a possuía, acabariam por alertar para o fenómeno inverso: o *status* do indivíduo dá ao objeto a sua qualidade primeira, a noção de *particularidade* em oposição ao *universal*.

Por isso, apenas se considerarmos o indivíduo como uma unidade concreta, isolada de tudo, poderemos facilmente reconhecer o direito à propriedade. Mas, se o tivermos enquanto parte do todo, de uma comunidade, como tal poderia ser reconhecido?

O conceito de *indivíduo* está diretamente relacionado a um fenómeno visual – a *sístase*. Quando olhamos algo não vemos uma coisa de cada vez, tudo é abrangido num único lance – isso é a *sístase*.

Sociedades mais intensamente visuais, isolam com mais facilidade as pessoas identificando mais efetivamente *indivíduos*. Quando tal acontece, a *culpa* se torna responsabilidade da pessoa enquanto entidade autônoma – e a própria idéia de *responsabilidade*, que etimologicamente significa *resposta a algo*, passa a emergir como algo *pessoal*.

Um confessionário seria algo impossível para uma cultura predominantemente oral. A invenção do confessionário, típico da igreja Católica, apenas ganharia popularidade a partir do século XIII, quando o indivíduo já estava mais intensamente *visual* – e perderia impulso no final do século XX, como a emergência dos sistemas de híper telecomunicação interativa em *tempo real*.

A confissão lida com o indivíduo e embora acústico no seu *conteúdo*, o confessionário é uma *embalagem fechada e individualizada e pecados pessoais*.

Ainda assim, mesmo que possamos identificar – com maior ou menor precisão – figuras como Tales, Anaxágoras, Anaximandro, Anaximenes, Heráclito, Parmênides, Zenão, Sócrates, Platão, Xenofonte, Aristóteles ou Tucídides entre tantos outros, seria somente já em pleno Império Romano, com Cícero, que teríamos as primeiras determinações em relação ao chamado *direito de autor*.

Isto é, foram necessários milhares de anos de gradual intensificação visual – passando pelo mundo sumério, pela cultura acádica, pelo universo egípcio até ao *Milagre Grego* – para que a onda visual produzida durante o Império Romano pudesse gerar o princípio da idéia de *direito de autor*.

Mas, há um detalhe importante: a diferença entre os conceitos de *propriedade* e de *posse*. Uma pessoa pode ser proprietária de algo e não ter a sua posse, e o contrário é igualmente verdadeiro.

Assim, o termo *posse* significa, nas suas teias etimológicas, a idéia de *domínio sobre uma ligação*, sobre uma relação, sobre um *ato de união*, revelando as profundas relações entre *poder* e *consumo*.

Quando tratamos de *direitos de autor* estamos, normalmente, tratando sobre os *direitos de posse* e não obrigatoriamente de *propriedade*.

Quem tem a posse de algo também tem, obrigatoriamente, o seu usufruto.

Assim, partindo de Cícero, o sujeito que realiza uma *transformação* tem o direito à posse do seu produto, como reconhecimento pelo surgimento de algo novo. É a idéia de *posse* e não de *propriedade* sobre o conhecimento que foi defendida por Cícero – que usou especificamente a palavra latina *possessio*.

Se uma tal idéia já existia em relação a bens materiais, seria Cícero a inaugurar o conceito em

termos imateriais, como a defesa da autoria de uma idéia.

Cerca de cem anos mais tarde, o grande poeta Ibérico Marcial passaria a aplicar o termo *plagiarius* – até então utilizado para designar alguém que roubava um escravo – ao *roubo literário*, roubo da *forma de uma idéia*, refinando o conceito do direito, agora aplicado ao mundo imaterial das idéias, fazendo assim emergir o conceito de *plágio*.

Foi necessária uma forte intensificação do uso especializado da visão através do alfabeto fonético e do papiro para que a *visualização* de elementos imateriais pudesse acontecer.

Fenômeno que permitiu a emergência do direito de posse sobre algo que não existe, em princípio, em termos materiais.

Em termos lógicos, a forte *visualidade* de Cícero é patente nos seus textos. Em *De Inventione*,

Cícero argumentava que «todo o assunto que contém em si mesmo uma controvérsia a ser resolvida pela discussão e pelo debate envolve uma questão sobre o fato, sobre uma definição, sobre a natureza de um ato, ou sobre processos legais. Essa questão, então, da qual todo o caso emerge, é chamada *constitutio* ou ‘mérito’. (...) Há uma controvérsia sobre a natureza do caráter de um ato quando apesar de existir concordância em relação ao que deve ser feito e certeza sobre como o ato deveria ser definido, também existe uma questão sobre quão importante é ou de que tipo, ou ainda em geral sobre a sua qualidade, e. g. o que é justo, injusto, lucrativo ou não lucrativo». Cícero interpola departamentos de categorias num processo de natureza fortemente visual.

Questões relativas à posse ou à propriedade, ao que é ou não lucrativo, ao justo ou ao injusto face a um *corpus* legal estável, seriam fortemente eclipsadas quando Roma perdeu o controle sobre Alexandria e conseqüentemente sobre a produção de papiro, mergulhando no período conhecido de

perspectiva, e comparativamente uma menor intensificação do uso da visão com o alfabeto fonético e o papiro.

O *Copyright Act* – cuja expressão é literalmente *direito de cópia* – é fundamentado na idéia de *reprodução*, tal como viriam ser fundamentadas as perturbadoras questões sobre direito autoral surgidas na passagem do terceiro milênio, no centro de uma verdadeira *explosão* dos meios eletrônicos e de uma realidade ultra *low cost* para os bens intelectuais.

A palavra *cópia* surgiu do antigo indo europeu **op*, partícula que, conectada com as antigas origens da palavra *poder*, indicava a idéia de *trabalho*, de *atividade produtiva*, e que gerou as palavras *opus*, *ofício*, *oficial*, *ótimo*, *ópera* e *obra*.

Passou ao latim *copis*, que significa “abundante”, “rico”; e *copia*, que inicialmente também tinha o sentido de “abundância”, de “duplicidade”. Em italiano, a palavra *coppia*

significa *casal* ou *par*.

Logo após o início da fabricação de papel na Europa no século XII, o termo *cópia* emergiu com um novo significado, indicando a idéia de “recursos”. Apenas cerca de cem anos mais tarde, surgiria o sentido de “cópia de um manuscrito”, e no século XVI seria amplamente utilizado como qualquer tipo de cópia, tal como fazemos hoje.

A idéia da *abundância* relacionada com a da *duplicação* de uma coisa indica uma *ampliação* – em termos materiais ou imateriais.

Esse era o antigo sentido dos *copistas* romanos que *ampliavam* a herança grega, tantas vezes através de réplicas em pedra para originais em metal.

Quando transitamos para um universo virtual em *tempo real*, a *cópia* dá lugar ao *clone*.

A palavra *clone* foi cunhada em 1903

Por outro lado, daquela antiga partícula *s também surgiu a palavra indo européia *segh que indicava a idéia de uma qualidade inerente à coisa – algo que caracteriza o objeto, que a ele pertence como elemento essencial que, portanto, o designa. Passou à palavra grega hektos, significando “que se pode ter”, e a expressão epokhê, que significa “paragem”, *descontinuidade de uma qualidade* – fazendo surgir a nossa palavra *época*.

Quando tratamos de determinada uma época, fazemos, portanto, uma espécie de *corte* no tempo.

Aquilo que definimos como *ética* passou a ser a compreensão de usos e costumes de um determinado povo, numa determinada *época*. Uma abordagem tipicamente visual, delimitando e classificando tempo e espaço.

Nos anos 1960, o legendário crítico e filósofo da arte Herbert Read e o não menos genial médico e cientista Lewis Thomas, seu contemporâneo,

cartas ou mensagens de grupos de criminosos, formando *gangs* internacionais, que procuram convencer pessoas incautas e gananciosas de que possuem uma grande soma de dinheiro numa conta bancária e que necessitam de alguém como correspondente, a quem caberá uma generosa comissão. Na verdade, assim que a vítima responde, fica estabelecida uma ponte com os criminosos que iniciam um processo de extorsão, com graves ameaças, chegando mesmo ao sequestro.

Para Moisés Naím, editor da revista *Foreign Policy*, «desafiando regulamentos e impostos, tratados e leis, virtualmente tudo de valor é colocado à venda no mercado global de hoje – incluindo drogas ilegais, espécies ameaçadas, bens humanos para escravatura sexual, cadáveres humanos e órgãos vivos para transplantes, metralhadoras e lançadores de mísseis, centrífugas e substâncias químicas usadas no desenvolvimento de armamento nuclear».

Numa onda aparentemente incontrolável,

vários grupos utilizando as mais avançadas tecnologias de clonagem passaram a produzir grandes quantidades de dinheiro falso na Europa e em todo o mundo. Mais que cópias, as clonagens de dinheiro eram muitas vezes praticamente idênticas aos originais.

A expansão da base monetária, que antes era privilégio exclusivo dos bancos centrais, passou a contar com um elemento estranho e fortemente turbulento: a clonagem.

Mercados de rua, mesmo nas grandes cidades européias, passaram a ser constantes alvos de rusgas policiais na busca – quase sempre com grande sucesso – dos mais diferentes produtos falsificados, não apenas de dinheiro falso. Produtos que por vezes eram tão bons quanto os originais, mas que custavam uma pequena fração do seu preço.

De acordo com a *Interpol*, o comércio de contrafação nos Estados Unidos cresceu cerca de

oito vezes entre o início dos anos 1990 e 2005, em apenas quinze anos. Na União Européia, o comércio de contrafação cresceu cerca de 900% apenas entre 1998 e 2001 – dobrando no ano seguinte!

Mais de 40% dos produtos *Procter & Gamble* e cerca de 60% dos produtos *Honda* são falsos – e em torno de 95% dos programas de computador para negócios, em todo o mundo, são contrafações.

O universo da contrafação foi ampliado de tal forma que levaria Moisés Naím a afirmar que pessoas vivendo confortavelmente em países ricos «estão mais conectados com o tráfico – e com os seus efeitos globais – do que muitos de nós poderiam imaginar».

O próprio conceito de indústria – tal como o moderno conceito de democracia – é uma produção literária.

Photographers of America, a *APA Advertising Photographers of America* ou a *NPPA National Press Photographers Association* rapidamente se mobilizaram contra a reforma *orphan works*.

Os defensores da reforma argumentavam que, com ela, antigas imagens, de caráter histórico, poderiam ser salvas e preservadas por museus e centros de cultura. Por outro lado, os críticos alertavam para o risco de que fotos não identificadas, até mesmo por acidente ou por roubo, circulando livremente na Internet poderiam ser oficialmente consideradas *órfãs*, eliminando automaticamente o direito dos seus autores.

Com o objetivo de utilizar com fins comerciais uma imagem, qualquer pessoa a poderia colocar circulando na Internet sem identificação e isso legalizaria automaticamente o roubo.

Todas as legislações de direito autoral permitem o uso de obras – sejam visuais ou não – para uso didático. O principal propósito do *Orphans*

Act 2008 parece ser o alargamento do direito de livre comércio a todos, praticamente eliminando o antigo conceito de direito de autor.

Se aprovada, a pretendida reforma *orphan works* aproximaria, na prática, os Estados Unidos de países como a China, onde o valor do direito autoral é extremamente relativo, senão praticamente inexistente.

Toda a discussão sobre *orphan works* gira em torno de um fato: a transformação de *cópia* em *clone*. Imagens na Internet, ou mesmo em revistas, passaram a estar sujeitas a rápidas e baratas clonagens sem a necessidade de investimentos ou conhecimento técnico.

Aquilo que fazíamos como *cópia*, tornou-se *clone* – e, em termos lógicos, no universo do *clone* não há livre arbítrio.

Por isso, muitas vezes o crime cometido por uma pessoa passou a ser explicado pelas suas

origens sociais e pelo ambiente em que viveu; por vezes o sucesso de uma pessoa também passou a ser justificado pelas oportunidades que a vida lhe presenteou – abordagens que seriam profundamente estranhas para a mentalidade literária do século XIX.

É interessante fazer uma breve reflexão sobre a questão da delinquência e do delito nesse contexto.

Michel Foucault defendia que a emergência de uma sociedade da vigilância no século XVIII, típica nos hospitais e nas prisões, teria desencadeado o conceito de *delinquência* – «Foi a institucionalização dessa nova forma de poder, local e capilar, que impeliu a sociedade a eliminar certos elementos tais como as cortes e o rei».

Foi uma época que gerou a figura do *delinquente* como parte essencial dos sistemas de produção da nova sociedade. Até então, a figura do criminoso era tolerada pela sociedade, tal como

acontecendo com os *bravi* em Itália e, entre eles, o genial Caravaggio.

A palavra *delinquente* possui a sua antiga raiz etimológica no indo europeu **leik*, que significava “deixar” e que passou ao grego *leipein*, também indicando a idéia de “deixar” e que projetou, ainda no grego, a palavra *ekleipein*, que quer dizer “deixar para trás”, abandonar.

Curiosamente, por sua vez, a raiz daquele antigo termo indo europeu **l* seria geradora das nossas palavras *ligação* e *liberdade*, levando-nos a refletir sobre as suas mais profundas relações.

Assim, enquanto que a palavra *reliquia* significa, etimologicamente, o resgate de algo que foi *deixado*, que *passou*; a palavra *delinquente* indica a idéia de reforço de algo que foi deixado, ou a insistência numa condição que é deixada de fora das regras sociais.

Mas, ainda assim, a palavra *delinquente*

revela – como se aqui pudéssemos resgatar Lacan e as suas geniais reflexões – uma natureza enquanto *ligação*, ou a reincidência na quebra de ligação. E tal apenas é possível quando temos presente as idéias de *cópia* e de *repetição*.

A palavra *delinquente* apareceria apenas no século XIV, coincidentemente com a imprensa de Gutenberg.

A *cópia* traz em si, obrigatoriamente, o erro. O *clone* é a extensão automática de um *ambiente*.